

## O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE SUAS LUTAS E CONQUISTAS

Érica Monale da Silva Gomes<sup>1</sup>; Paula Paulino da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Paraíba, UEPB - Campus III. E-mail; [mmonale009@gmail.com](mailto:mmonale009@gmail.com); <sup>2</sup>Universidade Estadual da Paraíba, UEPB - Campus III. E-mail; [paulinha.s90@hotmail.com](mailto:paulinha.s90@hotmail.com)

### RESUMO

O objetivo deste artigo é de traçar um breve histórico sobre a trajetória do Movimento Negro no Brasil, com ênfase em suas lutas e conquistas ao longo dos tempos. Com várias formas de protesto e de mobilização, o Movimento Negro vem dialogando não apenas com o Estado, mas também, principalmente, com a sociedade brasileira, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, através de pesquisa bibliográfica e web-gráfica. Recorremos às reflexões apresentadas por autores como Domingues (2007), Guimarães (2002) e Gomes (2011), que trazem subsídios para discutirmos sobre os avanços e as conquistas do Movimento Negro e compreender como, no Brasil, as várias organizações negras têm se organizado ao longo da história. Inicialmente, fazemos um apanhado histórico desse movimento; na sequência, enfatizamos suas demandas na contemporaneidade; e, por fim, seu debate com a Educação. O estudo mostrou que é essencial enfatizar como os estereótipos e a imagem deturpada promulgada pelo racismo de forma explícita ou implícita têm provocado a luta por uma educação mais libertadora e menos excludente do negro em nosso país e o tratamento igualitário de indivíduos historicamente marcados pela exclusão, pela desigualdade e pela discriminação. O ideal de uma sociedade justa e não excludente parece soar para nós como algo utópico, considerando o contexto de nossa realidade, mas as bases para isso já estão ganhando forças, devido às ações afirmativas e às conquistas do Movimento Negro, que visam suprimir as diferenças e proporcionar mais igualdade social.

**Palavras-chave:** Movimento Negro; educação; igualdade social.

## Introdução

A luta do Movimento Negro em prol de uma sociedade mais justa e igualitária não é de hoje. Sua trajetória é marcada pelo dinamismo, pela elaboração e pela reelaboração, em cada contexto histórico, de diversas estratégias de reivindicação a favor da integração do negro e da extirpação do racismo na sociedade brasileira. A necessidade de lutar contra toda e qualquer forma de racismo, contra o preconceito, a exclusão social e a opressão, que afetam os direitos de uma maioria em prol de uma minoria opressora, cada vez mais vem ganhando força no contexto atual.

O objetivo deste artigo foi o de apresentar um breve histórico sobre a trajetória do Movimento Negro no Brasil, com ênfase em suas lutas e conquistas ao longo dos tempos. Por meio de várias formas de protesto e de mobilizações, esse movimento vem dialogando não apenas com o Estado, mas também e, principalmente, com a sociedade brasileira.

O estudo em questão foi dividido em três partes. Inicialmente, mostramos como, no Brasil, várias organizações negras têm se organizado ao longo da história; em seguida, tecemos algumas considerações sobre as demandas do movimento na contemporaneidade e, por fim, abordamos como os estereótipos e a imagem deturpada promulgada pelo racismo, de explícita ou implicitamente, tem provocado as lutas por uma educação mais libertadora e menos excludente do negro em nosso país.

Como sujeito político, o Movimento Negro apresenta uma trajetória histórica muito importante. Ao promover uma discussão sobre a diversidade étnico-racial e o direito à educação, coloca em pauta a implementação de políticas públicas, de programas voltados para efetivar a igualdade social e aponta a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem o tratamento igualitário a indivíduos historicamente marcados pela exclusão, desigualdade e discriminação.

Sob o ponto de vista teórico, o estudo foi fundamentado nos pressupostos de alguns autores como Domingues (2007), Guimarães (2002), Merlo (2011), Gomes (2011) e Hasenbalg (1984), que nos forneceram subsídios para o desenvolvimento da pesquisa.

O ideal de uma sociedade justa e não excludente parece soar para nós como algo surreal, se considerarmos o contexto da realidade do Brasil. Porém as bases para isso já estão ganhando força com as ações e as conquistas do Movimento Negro. Nesse sentido, a educação também é um dos campos mais fecundos dos ideais de luta dos movimentos sociais, porquanto, por meio dela, muitas

conquistas podem ser alcançadas, com vistas a suprimir as diferenças e promover mais igualdade social.

### **Um breve histórico do Movimento Negro no Brasil**

No Brasil, a raiz do Movimento Negro é no regime escravagista, em que emergiu de forma clandestina e precária. Grandes personagens se opuseram ao sistema e impulsionaram o movimento. Dentre eles, um dos mais conhecidos é Zumbi dos Palmares (líder do Quilombo dos Palmares). Nesse período, destacou-se o Movimento de Resistência Negra contra a escravidão, que se manifestou através da quilombolagem (fuga para os quilombos e outros tipos de protestos) e do bandoleirismo (guerrilha contra povoados e viajantes) para se rebelar contra a escravidão.

Nesse mesmo cenário, o Movimento Liberal Abolicionista ganhou forças, através da luta pelo fim da escravidão. Em resposta a essa reivindicação, foi promulgada, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que encerrou o período escravagista no Brasil, e a população negra iniciou um novo desafio: a luta contra o preconceito e a desigualdade social. A história dos movimentos negros no Brasil é marcada por descontinuidades e posturas políticas bastante diferentes. Comumente são divididos em quatro períodos principais: 1) República Velha (1889-1930); 2) da Revolução de 1930 ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1937); 3) da democratização ao Golpe Militar (1945-1964); e 4) da abertura política (1978/79) ao contexto atual.

Na primeira fase, especialmente entre 1910 e 1930, as organizações dos “homens de cor” - clubes cívicos, grêmios, sociedades beneficentes etc. - como geralmente eram nomeadas, eram, sobretudo, assistenciais, recreativas e/ou culturais (DOMINGUES, 2007, p. 103). Essas organizações não tinham um caráter partidário, eram locais, e muitas delas vinculadas à religião católica. Grande parte desses clubes e grêmios servia como espaços de sociabilidade e de lazer, em um contexto marcado sobremaneira pela exclusão, em uma sociedade que demarcava e criava muitos lugares de interdição aos negros, como clubes de futebol, piscinas, restaurantes, entre outros.

Foi nesse contexto em que o Movimento Negro começou a ganhar forças de fato, com a organização de clubes, de associações e, até, de jornais, com o intuito de direcionar a população negra a fazer reivindicações para que fosse integrada na sociedade e compartilhasse dos mesmos direitos como cidadã. De uma maneira ainda pouco expressiva, já apareciam denúncias de racismo e de luta contra o preconceito por parte de algumas dessas organizações, principalmente por meio dos jornais escritos pertencentes a esses clubes e grêmios ou independentes. Simultaneamente, apareceu o que se denomina de imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões (DOMINGUES, 2007, p. 104).

A imprensa negra, um dos primeiros movimentos negros do Brasil, foi muito importante na luta pela igualdade racial, pois, por meio dela, os negros passaram a lutar juntos por uma sociedade equânime. Assim, iniciou-se um período de profundas mudanças no país, a partir de ideias para levantar assuntos como forma de protesto antirracismo nos jornais que circulavam pelo país. A partir de então, começaram a surgir diversos movimentos que foram dando força ao Movimento Negro no país e que objetivavam alcançar a igualdade não só entre raças, mas também entre classes, como forma de eliminar as desigualdades sociais presentes em nosso país desde a colonização.

No segundo período (1930-37), destacou-se a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, no início do governo de Getúlio Vargas (1930-45), e que se iniciou em São Paulo, com o objetivo de integrar o negro na sociedade, para que usufruísse dos mesmos direitos dos brancos, porquanto eram impedidos de exercer seus papéis devido à hierarquia de raças imposta à sociedade (MERLO, 2011). Centrava-se na ideia nacionalista de defender a inserção da “raça negra” no mundo do trabalho, porquanto os imigrantes estrangeiros eram preferidos no mercado de trabalho, e a maioria dos negros e dos mestiços ficava na condição de desempregados e marginalizados.

O movimento visava construir uma nova forma de ver o negro (“trabalhador”, “ordeiro”, “civilizado”), por meio de valores morais e de instrução escolar, com o fim de evitar os estereótipos relacionados a ele, como “vagabundo”, “sem instrução”, “bêbado” etc. Em 1936, a FNB se transformou em um partido político, mas, no ano seguinte (1937), com a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-45), todos os partidos foram instintos, inclusive a FNB (DOMINGUES, 2007, p. 106-107).

No terceiro período (1945-64), merece destaque o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado ainda em 1944 por Abdias do Nascimento. O TEN é um movimento político de vanguarda artística pautado na defesa da negritude, em que o negro aparece como protagonista no teatro e na

vida política. Destacou-se pela luta de uma maioria explorada e excluída, incluindo os mestiços e os pardos sem direitos civis e sociais.

Os preconceitos e os estereótipos continuavam a ser direcionados aos negros. Grande parcela da população negra e da mestiça continuava vivendo em favelas, em cortiços e mucambos (GUIMARÃES, 2002, p. 88). Tratava-se, também, da luta pela integração do negro na sociedade de classes. A perspectiva do movimento era de combinar o nacionalismo com a negritude. O Teatro Experimental Negro (TEN) é um dos movimentos mais reconhecidos e tinha como objetivo mostrar ao negro, através de representação cultural, suas origens e valorizar sua identidade (MERLO, 2011). Entretanto as atividades desse movimento não se resumiram ao teatro, houve também concurso de beleza, cursos de alfabetização para empregadas domésticas, entre outras atividades. O TEN foi fechado no contexto da ditadura militar no Brasil, e alguns de seus membros partiram para o exílio, como Abdias Nascimento, que foi para os Estados Unidos.

No quarto período desse breve percurso de luta contra o racismo, destaca-se o Movimento Negro Unificado. No final da década de 1970, devido às pressões populares que se estendiam simultaneamente por todo o território nacional, em prol do fim do regime militar que governava o Brasil, os movimentos sociais e, novamente, o Movimento Negro foram reorganizados e se destacaram nessa luta e na busca por um país republicano. Nesse cenário político e social, em 1978, foi organizado o Movimento Negro Unificado (MNU), uma entidade que, em nível nacional, não só marcou a história do Movimento Negro, como também foi considerada como uma das principais protagonistas da luta antirracista brasileira.

De acordo com Carlos Hasenbalg (1984),

O movimento negro contemporâneo ressurgiu a partir de meados da década de 70, nos finais de um período acentuadamente autoritário da vida política brasileira. Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado o seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis e o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África. (Hasenbalg, 1984, p.148-149)

Os ideais de pan-africanismo e de afrocentrismo, cuja perspectiva histórica é centrada na África e visa combater o eurocentrismo hegemônico, estão presentes em algumas correntes desse novo movimento negro. O MNU é um movimento de esquerda e mantém relação com outros

movimentos sociais (o movimento feminista, novo sindicalismo, novos movimentos urbanos, entre outros) no contexto da abertura política do Brasil. É um movimento pautado na discussão de classe e de raça.

### **As demandas do Movimento Negro na contemporaneidade**

Na atualidade, o Movimento Negro é uma forma de organização política da sociedade civil cujo eixo é uma identidade étnico-racial - o negro. Seu objetivo de luta é a discriminação racial dos negros em diversos espaços e instituições como escolas, universidades, clubes, hospitais, shoppings etc., e sua principal meta é de proporcionar a igualdade e a justiça social entre negros e brancos.

A agenda política do movimento, desde o fim dos anos 70 e durante os anos 80, foi bastante diversificada. Alguns de seus eixos eram: a política de identidade e de reconhecimento dos negros; a inclusão do conhecimento africano e da cultura afro-brasileira no currículo escolar; a ação política e jurídica de criminalização do racismo e a ação simbólica em torno das datas comemorativas.

No primeiro eixo, a negritude e as raízes afro foram afirmadas quando se passou a exigir do governo brasileiro uma campanha que sensibilizasse a população negra a se declarar “preta” nos censos de 1991 e 2000. No segundo eixo, destacaram-se as iniciativas para incluir conteúdos de História da África nos currículos da educação básica e a revisão dos livros didáticos, visando mudar a visão estereotipada dos negros e substituí-la por imagens e textos que afirmassem a cultura negra e estimulassem o negro a elevar a autoestima (GUIMARÃES, 2002). No terceiro eixo, a luta foi por transformar o racismo em crime durante a Assembleia Constituinte (1986-1988). No ano de 1989, foi promulgada a lei de criminalização do racismo (7.716/89). Por fim, no quarto eixo, escolheu-se 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como o dia da consciência negra.

No final da década de 1970, com as pressões populares que se estendiam simultaneamente por todo o território nacional, em prol do fim do regime de ditadura militar que governava o País, os movimentos sociais foram reorganizados, e, novamente, o movimento negro se destacou na luta e na busca por um país republicano.

Sobre a atuação desse novo movimento, Gomes (2011) afirma que,

[...] no desenvolvimento da luta antirracista, após os anos 70, o movimento negro também aprofunda a sua atuação e análise. A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vividas no interior do próprio movimento negro, as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras, que hoje faz parte de uma articulação latino-americana e internacional de mulheres negras. As mulheres negras, hoje, ocupam um espaço na militância

política, atuando nas comunidades-terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG'S, nos projetos educacionais. Podemos dizer que a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero (Gomes, 2011, p. 141).

Nos anos 90, foram introduzidas, lentamente, as demandas e as pressões políticas do Movimento Negro em algumas iniciativas do governo federal. Ações como a Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília, em 1995, nas comemorações do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, foram importantes formas de pressionar o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso para a implantação de políticas públicas de combate ao racismo (GOMES, 2011).

O evento, do qual participaram mais de 20 mil pessoas, recebeu apoio de diversos partidos políticos de esquerda, que firmaram o pacto político pela luta antirracista e redigiram o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O documento apresentava um diagnóstico criterioso da situação social, política, econômica e educacional da população negra no Brasil e exigia um posicionamento do governo brasileiro sobre a superação do racismo.

Com a chegada do terceiro milênio, o Movimento Negro trouxe uma nova marca para a resistência e a organização negra brasileira - a luta pelas políticas públicas de ação afirmativa (GOMES, 2011), uma das principais ações das duas marchas intituladas Zumbi + 10, que, exatamente uma década depois da primeira marcha, procurou investigar quais seriam as reações e as ações do governo brasileiro em relação à situação racial do País, além dos avanços ou retrocessos que se processaram no campo da luta antirracista. Nesse momento histórico, houve uma inflexão sobre o lugar ocupado pela questão racial na política pública, em especial, no que se referia à educação.

Um dos principais marcos do Movimento Negro, tanto em âmbito nacional quanto mundial, foi a realização da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. No Brasil, foi precedida pelas pré-conferências estaduais, que culminaram com a realização da Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, em julho de 2001, na UERJ, no Rio de Janeiro.

Esse momento marcou a construção de um consenso entre as entidades do Movimento Negro sobre a necessidade de implantar ou de executar as ações afirmativas para raça no Brasil. A conferência ainda propôs que as áreas de educação e de mercado de trabalho fossem as principais em que seriam aplicadas tais ações. Segundo Gomes (2011), essa proposta foi

[...] reforçada pelas pesquisas oficiais realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Henriques, 2001), as quais subsidiaram o debate realizado na 3ª Conferência de Durban, a denúncia da educação como um setor que contribui para a construção de um quadro de desigualdades raciais visualizada pelas primeiras associações negras e suas lutas em prol da educação dos negros no século XIX e demandada publicamente pelo Movimento Negro no século XX ganha agora contornos políticos nacionais e internacionais no século XXI. Passa finalmente a fazer parte da agenda política e do compromisso do Estado brasileiro com todos os avanços e as contradições possíveis. (Gomes, 2011, p. 143)

Nesse cenário, o debate sobre o direito à educação passou a ser questionado pelo Movimento Negro brasileiro como um componente importante para a igualdade social. O movimento coloca em pauta a emergência da equidade como uma das maneiras de se garantir a concretização da igualdade ao segmento negro da população, tratado historicamente como desigual. Nesse sentido, a luta consistia em reconhecer e respeitar as diferenças. A equidade é entendida como

O reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc. (Sposati, 2002.p.05).

Ao trazer à tona a discussão sobre a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro colocou em pauta a implementação de políticas públicas com caráter universalista e a necessidade de se criarem programas para efetivar a justiça social e políticas de ações afirmativas para tratar igualmente os indivíduos historicamente marcados pela exclusão, pela desigualdade e pela discriminação.

### **O Movimento Negro e suas ações em prol da educação no Brasil**

As ações do Movimento Negro no Brasil, ao longo dos anos, vêm sendo marcadas por uma intensa perspectiva educacional, com o objetivo de proporcionar ao negro brasileiro acesso à educação permanência nela. Esse movimento tem se destacado no Brasil atuando como um sujeito político e conseguindo, com suas reivindicações, influenciar decisões do governo brasileiro, como veremos mais adiante.

O Movimento Negro, que ganhou força a partir da década de 70, vem reproduzindo e fomentando o discurso do direito de equidade entre brancos e negros, com o fim de buscar uma sociedade brasileira mais equilibrada no que se refere aos direitos de todos. Uma das bandeiras de luta importante que esse movimento defende é a do acesso à educação, direito básico de todo cidadão, como defende a Constituição Federal de 1988:

**Art. 6º** - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Assim, o movimento surgiu com seu discurso radical e contestador, visando mudar o sistema até então vigente, que não garantia igualdade de oportunidades para negros e brancos. Corroborando esse pensamento, Hasenbalg (1984) diz:

Como todos os movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado o seu projeto de mobilidade social. (1984, p.148-149)

O Movimento Negro foi, pois, criado para contestar a visão de que o negro é inferior, um pensamento enraizado depois de mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, que, até os dias de hoje, é um país impregnado de preconceito racial, herança de tantos anos de humilhação e interiorização da raça negra.

A luta pelo direito a educação para o povo negro vem de muitos anos, e muito mais do que ter acesso à educação e poder desfrutar de escolas, também seria preciso incluir a história e a cultura do povo negro nos currículos escolares. Assim, o Movimento Negro vem sendo reconhecido no âmbito político, com grandes conquistas em nosso país, e possibilitou, nos últimos anos, uma mudança expressiva, como no caso das universidades públicas brasileiras, que foram contempladas com a implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra.

No que diz respeito à educação no Brasil, as ações do movimento negro vêm sendo criadas visando proporcionar ao negro brasileiro o acesso à educação, uma vez que, ao longo da história, essa população sempre foi vítima de discriminação racial e teve seus direitos ceifados. O movimento teve, então, o objetivo de findar as práticas racistas que continuavam ocorrendo com força total, mesmo depois da Abolição da Escravatura, sobre os negros no Brasil, que os deixavam de fora do processo educativo. Sobre esse aspecto, Silva e Araújo (2005) asseveram:

[...] deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização; porém, na realidade, negaram as condições objetivas e materiais que facilitassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico. (Silva e Araújo, 2005, p.71)

Pode-se afirmar que o Movimento Negro vem se destacando no cenário brasileiro como sujeito político, porque suas reivindicações têm conseguido influenciar o governo brasileiro no que se refere à garantia de direitos, como consta na Lei Federal 12.711/2012, que vem garantindo o acesso do negro às universidades do País.

As políticas de ação afirmativa - intervenções do Estado - a partir de demanda do Movimento Negro vêm garantindo o cumprimento de direitos sociais para o povo negro e de origem negra, objetivando a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade:

O objetivo da ação afirmativa é superar essas contingências e promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade. Como resultado, espera-se o aperfeiçoamento da cidadania dos afro-brasileiros, e que estes tenham a possibilidade de pleitearem, por exemplo, o acesso às carreiras, às promoções, à ascensão funcional, revigorando, assim, o inventivo à formação e à capacitação profissional permanentes (SILVA, 2001, p. 11-12).

Outra conquista importante foi a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. De acordo com o texto legal,

O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

São inúmeras as lutas do Movimento Negro no Brasil, e já vimos algum avanço em diversos pontos. Porém, é imprescindível que a sociedade civil reconheça a importância dessas lutas e trabalhe em prol da igualdade social para todos os cidadãos, visto que são fundamentais uma reparação e oportunidades iguais para um povo que, até hoje, sente os reflexos de um passado de discriminação e de sofrimento.

## **Conclusão**

As lutas do Movimento Negro têm sido um fator determinante na fomentação de ações afirmativas que visam corrigir injustiças sociais e raciais ainda muito presentes no Brasil. A luta

para mudar esse quadro de racismo é o enfoque principal desse movimento. Essas lutas não visam alcançar a igualdade somente no sistema educacional, mas também no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, na saúde e em todos os âmbitos da sociedade que, desde sempre, vem sendo marcada por muita desigualdade.

Esse movimento se articula com a educação porque, quanto mais a população se conscientizar de seus direitos, mais a educação será entendida como um direito social. Nesse sentido, o campo educativo é promissor, por ser um espaço onde os debates e as ideias podem ser semeados, na perspectiva de que tenhamos uma sociedade mais equalizada, como esperamos. É, também, uma das principais bandeiras defendidas pelos movimentos sociais progressistas, porque, quanto mais conscientes forem os componentes da população, menos serão as chances de haver práticas de opressão e de discriminação, e os diferentes agentes que compõem os múltiplos grupos étnico-raciais serão valorizados.

O Movimento Negro vem se organizando e se articulando no sentido de garantir os direitos básicos da sociedade, como o direito a educação, por exemplo. Uma de suas conquistas foram as ações afirmativas para a Educação, como a lei de cotas. A luta por essas ações afirmativas, como políticas de correção, vem se configurando como uma demanda importante do Movimento Negro brasileiro e ocupando, na atualidade, um lugar de destaque como sujeito político na mídia e nas universidades.

Não podemos negar a força e a influência desse movimento em nosso país, que vem conquistando espaço e mudando o cenário político brasileiro, com suas reivindicações e a consciência de que uma sociedade justa é uma sociedade igualitária. Embora pareça uma utopia acabar com as desigualdades, o Movimento Negro vem buscando espaço para o povo negro que, até hoje, vê-se segregado em diversos aspectos.

A busca por direitos como uma educação de boa qualidade, por exemplo, é um dos passos mais importantes desse movimento. A presença de negros em universidades públicas denota uma mudança significativa no cenário educacional brasileiro e um passo em direção a uma sociedade mais igualitária, na perspectiva de extinguir a exclusão e a desigualdade, que resultaram em tanta discriminação com os negros brasileiros.

## **Referências**

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, n.º. 23, 2007, p. 100-122.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro no Brasil: ausências, emergências e produção dos saberes.** Vol. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **O mito anverso: o insulto racial.** In: Classes, raças e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 2002, p.169-195.

HASENBALG, C.A. **Comentários sobre raça, cultura e classe na integração das sociedades.** Rio de Janeiro, Dados, Revista de Ciências Sociais. Vol. 27, n.3, p. 148-149,1984.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza. **O negro na universidade: o direito a inclusão.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. 160 p.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/ inclusão social.** In: Políticas públicas: proteção e emancipação. Disponível em: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br), 2002. Acesso em 29 de abril de 2017.